

Brasileiros na Argélia (1964-1979): a memória do exílio e a vigilância ditatorial.

Strieder Kreuz, Débora.

Cita:

Strieder Kreuz, Débora (2017). *Brasileiros na Argélia (1964-1979): a memória do exílio e a vigilância ditatorial*. XVI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad Humanidades. Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-019/43>

Brasileiros na Argélia (1964-1979): a memória do exílio e a vigilância ditatorial

Débora Strieder Kreuz

Doutoranda em História¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Brasil

Email: debora_kreuz@yahoo.com.br

PARA PUBLICAR EN ACTAS

Resumo: O presente trabalho busca analisar, de maneira inicial, alguns aspectos do exílio brasileiro na Argélia, a saber: a forma como ocorre a rememoração da experiência por alguns ex-exilados e as estratégias de vigilância mantidas sobre tal comunidade, as quais eram realizadas pelo governo ditatorial do Brasil, entre 1964 e 1979. Para a realização da proposta serão analisados relatos de ex-militantes coletados pela autora a partir da perspectiva proposta pela História Oral – de João Carlos Bona Garcia e Apolo Heringer Lisboa - e documentos do Centro de Informações do Exterior (CIEEx), o qual estava vinculado diretamente ao Ministério das Relações Exteriores. Sabe-se que a Argélia, independente do jugo colonial francês em 1962 após sangrenta guerra de libertação, foi um país de referência para a recepção de exilados de diversos locais do globo – Panteras Negras dos Estados Unidos da América, militantes pelas independências na Ásia e África e contra as ditaduras que se proliferavam na América Latina. Contudo, poucos são os trabalhos que versam sobre a vivência no exílio e a vigilância realizada pelo Estado brasileiro em tal espaço, tendo em vista que havia uma sintonia política entre o governo argelino e grupos de exilados, ou seja, diferentemente da articulação repressiva entre os países do Cone Sul, o controle deveria ocorrer de forma menos visível. Como exemplo da colaboração política entre exilados e o governo de Boumediene citamos a atuação do governador pernambucano cassado pelo Ato Institucional nº1, Miguel Arraes. Para além de tal participação, destaca-se também a organização dos exilados para a denúncia do que ocorria no Brasil, com a criação de um periódico – Frente Brasileira de Informações – que logo seria distribuído no Chile e na França. Assim, o trabalho busca compreender esses dois aspectos fundamentais relacionados à experiência exilar: como a memória dos dois indivíduos rearticula esse momento a partir da sua experiência posterior e a forma como o Estado brasileiro continuou a política de vigilância em relação àqueles considerados subversivos.

Considerações iniciais

A partir de 1964, dentro da lógica desencadeada pela Guerra Fria, o Brasil viveu sob uma ditadura civil-militar de segurança nacional² na qual toda e qualquer forma de manifestação era violentamente reprimida. A organização sistemática do aparato repressivo tinha como objetivo destruir, física e psicologicamente, os militantes políticos³. A saída do país foi uma estratégia amplamente utilizada como forma de preservar a vida, denunciar o que ocorria no território brasileiro e também, em alguns casos, tentar rearticular a resistência e retornar. Ainda durante os primeiros dias após o

¹ Este trabalho é orientado pelo professor Dr. Enrique Serra Padrós e conta com financiamento da CAPES.

² Para maiores detalhes sobre a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) consultar Padrós (2014).

³ A organização do aparato repressivo brasileiro foi detalhado por Fico (2001).

golpe, o Uruguai foi o principal destino de, principalmente, políticos cassados e que seriam presos caso caíssem nas mãos dos militares⁴. Nas palavras de Rollemberg:

O exílio dos anos 1960 e 1970 foi uma tentativa de afastar e eliminar as gerações que contestavam, a partir de um projeto, a ordem política e/ou econômica identificada à ditadura militar. O *slogan* do governo Médici, “Brasil, ame-o ou deixe-o”, é emblemático. É preciso, portanto, compreendê-lo na mesma lógica da prisão política, dos assassinatos, da imposição à clandestinidade; como mais um esforço dos militares para controlar a liberdade de expressão e a manifestação intelectual; de destruição de toda criação contestatória e de uma determinada experiência política. (ROLLEMBERG, 1999, p.47-8).

Assim, compreenderemos o exílio como mais uma ferramenta de perseguição e tentativa de eliminação daqueles grupos considerados nocivos ao projeto que a ditadura tentava implementar. Na busca pelo “país que vai pra frente”⁵ não havia espaço para oposição e tentativa de discussão de um modelo diferente. Contudo, mesmo com a saída do país, a criação da ideia de “fronteira ideológica”, preconizada pela já mencionada DSN, as ações dos indivíduos que saíam deveriam ser vigiadas também no exterior.

A partir de 1969, os grupos que combatiam o regime passaram a articular ações de captura de representantes diplomáticos para serem trocados por presos políticos e estes serem enviados ao exterior. No total foram quatro ações entre 1969 e 1971 que, somadas, libertaram 130 militantes. Em junho de 1970 foi capturado o embaixador alemão no Brasil, Ehrenfried von Holleben, e, após a negociação com o governo brasileiro, 40 presos políticos foram enviados para a Argélia, país que concordou em recebê-los. Mas por que a Argélia?

Em 1962 a Argélia tornou-se livre do jugo colonial francês após uma sangrenta guerra de libertação que durou oito anos e devastou o país. Após a independência, adotou uma política externa de não-alinhamento, expressa principalmente a partir da Conferência de Bandung⁶. Ou seja, estabeleceu uma postura externa independente do que preconizavam os Estados Unidos e a União Soviética, adotando uma política que caracterizava como uma forma de socialismo de cunho árabe. Nas palavras de Yazbek:

A guerra da Argélia comprovaria a eficiência de uma ampla luta popular desencadeada por um partido revolucionário fortemente ligado às massas (os combatentes de origem camponesa sempre foram esmagadoramente

⁴ Alguns dias após o golpe o Ato Institucional número 1 decretou a cassação de inúmeros políticos bem como a supressão dos seus direitos políticos. Denise Rollemberg (1999) caracteriza esse momento como a primeira fase do exílio.

⁵ Trecho de música que fazia a propaganda do país durante a ditadura.

⁶ Ocorreu na cidade do mesmo nome, na Indonésia, em 1955 e estabeleceu princípios de cooperação entre os países do chamado Terceiro Mundo.

majoritários no Exército de Libertação Nacional). Assim, a organização e as conquistas militares que se seguiriam não podiam deixar de repercutir e influenciar movimentos de esquerda armada até na América Latina, mostrando a viabilidade da união entre uma vanguarda preparada politicamente e as forças armadas populares, empenhadas na luta pela conquista do poder. (YAZBEK, 2010, p.45)

Essa experiência de libertação do jugo imperialista articulada com o apoio do governo argelino para distintos grupos políticos que chegavam ao país fez com que aquele espaço se tornasse um destino para os que saíam do Brasil, muito embora pensamos que a revolução argelina não tenha influenciado sobremaneira os movimentos de resistência nacionais, pois havia a inspiração maior no exemplo cubano de 1959.

A partir desse pressuposto, que vê a Argélia como um destino de exílio e como um espaço de articulação política de denúncia da ditadura brasileira, buscamos analisar alguns aspectos da vivência de dois ex-militantes da luta armada que residiram, embora durante períodos diferentes, naquele país. É importante destacar que a presença de Miguel Arraes⁷, atuando frente ao governo Boumediene e organizando estratégias de resistência, foi um fator facilitador para que outros exilados lá se instalassem. Da mesma forma, tendo a perspectiva da fronteira ideológica em vista, buscaremos demonstrar que a vigilância sobre os indivíduos continuava.

Exílio: memória e vigilância

Com a perseguição implacável realizada pelas forças repressivas da ditadura brasileira a saída do país foi uma das formas, como já mencionado, de preservar a vida. Diferentes foram os momentos em que ocorreu bem como os países de destino. Para a análise proposta utilizaremos o relato oral de dois ex-militantes da luta armada, João Carlos Bona Garcia⁸ e Apolo Heringer Lisboa⁹. Nesse sentido, temos acesso à memória dos depoentes, rearticulada no momento presente, influenciada por experiências posteriores com uma clara projeção de futuro. No momento das entrevistas, o Brasil

⁷ Arraes foi cassado pelo Ato Institucional nº1 quando era governador do estado de Pernambuco. Após um período na prisão foi, com sua família, para a Argélia. Residiu lá 15 anos, até o retorno com a lei de anistia. Articulou várias denúncias do que ocorria no Brasil. Sua presença no país era um aspecto que facilitava a chegada de novos exilados, visto que atuava frente ao governo argelino.

⁸ Militante da luta armada no Rio Grande do Sul. Foi um dos trocados na ação de captura do embaixador suíço (1971). Passou pelo Chile, Argentina, Argélia (1973-74) e depois França, onde residiu até a anistia em 1979. Atualmente é juiz do tribunal militar aposentado.

⁹ Militante da luta armada em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Saiu do Brasil por decisão da sua organização, indo para o Chile, Argentina e Argélia (1974-79), até a anistia. Atualmente é professor universitário aposentado.

passava por uma grave crise institucional e as comparações entre passado e presente, na narrativa de ambos, eram constantes. Para Bourdieu:

Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. (BOURDIEU, 2006, p.184)

A vivência em um país estrangeiro, sobretudo no caso em tela, não foi simples. Após a experiência da perseguição implacável, a readaptação muitas vezes foi demorada e cada indivíduo percebeu o exílio de uma forma. Portelli (1997, p.16) afirma que: “[...] a História Oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos.” Ou seja, encontraremos nos relatos de exílio pontos de contato, mas não experiências iguais, o que nos permite visualizar e compreender vários aspectos diferentes, por vezes antagônicos. Também assim percebemos a importância da memória enquanto fonte para os estudos sobre exílio. Para Yankelevich:

[...] a memória adquire uma centralidade indiscutível ao estudar o exílio enquanto espaço de interseção de horizontes culturais, formas e tomadas de consciência políticas, modalidades discursivas, ações e reflexões que se criam e recriam em um contexto assinalado pela perda dos até então referenciais da vida cotidiana. (YANKELEVICH, 2011, p.23-4).

Assim, ao chegar a um novo país muito diferente, embora houvesse a passagem anterior por outros, a palavra que define a primeira percepção dos entrevistados sobre a Argélia é “estranhamento”. Um local de ampla maioria muçulmana e devastado pela guerra era distinto do que ambos estavam acostumados. O auxílio oferecido por Miguel Arraes aliado ao fato do país apoiar movimentos de contestação é determinante para que ocorresse a escolha. E, nessa conjunção de fatores, os sentimentos se misturam, pois há a memória positiva da acolhida, e o fato de não ser minimamente parecido com o Brasil. Para João Carlos (2016): “E na Argélia, foi muito bom. Eu agradeço muito os argelinos pela recepção. Só que é bem diferente, entendeu? Uma cultura diferente, a forma é diferente.”. Assim, apesar da boa recepção, a memória predominante é a da diferença e estranhamento.

Quando questionado sobre a relação da comunidade argelina com os exilados brasileiros, Apolo afirma que a curiosidade dos nacionais era o que lhe chamava a atenção, assim como sobre o Brasil de maneira geral pois, por terem se tornado independentes há poucos anos, imaginavam que os exilados também se encontravam em uma guerra de libertação:

Inicialmente eles queriam saber de onde a gente veio, perguntavam sobre Pelé, sobre futebol. Eles gostavam muito do Brasil, do futebol brasileiro. Falavam de Che Guevara, Fidel Castro e perguntavam como é que foi a nossa guerra, a nossa luta. Falavam de parentes que tinham sido mortos na guerrilha contra a França. Era uma acolhida, assim, muito emotiva. E a gente era assim pessoas que eram diferentes e que atraíam a curiosidade. (LISBOA, 2016).

Assim, percebe-se que nas narrativas há uma clara memória da diferença, tanto dos que chegavam quanto dos que lá estavam.

Logo após a chegada a estratégia era buscar meios de subsistência. Ambos narradores estavam junto com suas companheiras e, no caso de João Carlos, um filho pequeno. Num primeiro momento o governo argelino oferecia o básico, mas propunha que os exilados trabalhassem na reconstrução do país. Apolo, que era médico, e sua esposa, bioquímica, não encontraram problemas:

Cheguei lá e o Alto Comissariado em Argel procurou pra ajudar, fazer os contatos. Ficamos morando numa colônia de férias lá em Argel muito tempo. Aí quando arrumava emprego cê já ia... arrumava um lugarzinho pra gente morar, coisa simples. Aí eu comecei a morar em Argel, trabalhar no hospital universitário lá, colado na cidade de Argel e fiquei quase 5 anos trabalhando como médico. [...] Eles tavam doidos pra que fossem médicos pra lá, pra que fossem enfermeiros, bioquímicos. A minha mulher era bioquímica e ela tomou conta do laboratório do hospital. Resolveu um problema. Eu era médico, então eu fui ser pneumologista. Então eles tiveram muito ganho em nos levar pra lá. Já na Europa eles preferiam pedreiro, eletricista, encanador. (LISBOA, 2016).

Os exilados, e pessoas de vários países que desejavam participar da reconstrução argelina para lá se dirigiam. Eram os cooperantes. Como já mencionado, a guerra de independência durou oito anos e arrasou o país. Muitos espaços foram destruídos propositalmente pelos franceses, na estratégia conhecida como terra arrasada. Oscar Niemeyer¹⁰ e uma equipe, por exemplo, trabalharam na projeção da universidade de Constantine e vários outros espaços. Dessa forma, havia muitas possibilidades de trabalho, em especial para os homens.

João Carlos se inseriu profissionalmente em um setor diferente do de Apolo: “Trabalhei num empresa chamada *Chantier Populaire de Reboisement*, mas mais a

¹⁰ Ao não conseguir trabalhar no Brasil, mudou-se para a França e, periodicamente visitava a Argélia.

minha parte era organizar os canteiros de obras que tinham lá. Eu tinha feito um pouco de engenharia, então já achavam que eu era engenheiro.” (GARCIA, 2016). Após isso, trabalhou em um projeto de alfabetização para trabalhadores da reforma agrária. Assim, o processo de inserção no novo espaço fazia com que ocorresse uma readaptação à vida legal. Contudo, mesmo com essa integração o aspecto que mais marcou a trajetória de ambos foi o relacionado com a diferença entre homens e mulheres. Para João Carlos (2016): “Pra mulher é mais complicadinho. É uma sociedade pra homens. Então a mulher fica meio de lado.[...] Agora na Argélia era verdade, era mais um país... uma sociedade mais pra homens, então a mulher era mais em segundo plano e isso aí era muito difícil.”. Tal dificuldade era sentida ao narrar que não podia andar ao lado de sua esposa na rua, nem ela frequentar determinados espaços, assim como a quase ausência de possibilidades de formação de nível superior.

Apolo apresenta e problematiza a diferença a partir da sua experiência profissional:

Eu era obrigado a falar um pouco de árabe, porque as mulheres... a maioria não fala francês. Porque os próprios maridos não deixavam. Com medo à época da colônia... das mulheres, dos franceses participar da vida deles. Havia muito assédio sexual né. Então as mulheres eram trancadas, de certa maneira, pra se proteger do colonizador, dos soldados. E aí eu tive que fazer as consultas, as perguntas assim, em árabe... pras mulheres. Os homens a maioria falava francês. (LISBOA, 2016).

Ao atender homens e mulheres Apolo percebia a diferença no idioma. As mulheres não falavam francês, que era a língua do colonizador. Justifica a situação como uma proteção de seus maridos. Não menciona o fato de que a violência, inclusive sexual, ocorria independente do idioma que se falasse, como mais uma forma de subjugação dos colonos franceses em relação aos argelinos. Devemos compreender seu relato a partir de uma situação em que a rearticulação operada com o decorrer do tempo se mistura com o sentimento de gratidão para com a Argélia, como ele mesmo fala. Dessa forma, existe uma tentativa de justificar as eventuais desigualdades como fazendo parte do processo político/cultural vivenciado pelo país naquele momento histórico.

João Carlos (2016) continua sua reflexão sobre as mulheres e a influência dessa diferença na sua decisão de partir: “E a Célia queria também terminar os estudos dela. Ela tava fazendo enfermagem, aí depois na França ela virou enfermeira. E eu também queria estudar. Então eu fui pra França, lá eu pude estudar, levar a vida, vamos dizer assim, de maneira mais tranquila.” Na sua narrativa o casal não permaneceu no país pelo fato de que sua companheira não poderia continuar os estudos. Contudo, na

sequência afirma que seu desejo também era o de levar uma vida mais “tranquila”. Outro aspecto que foi relevante ao sair do país se relaciona com a participação política:

O pessoal saía porque o próprio, digamos assim, sistema, a própria cultura ela restringia muito o latino, o brasileiro. Entendeu? No dia-a-dia assim. E pra participar de política lá era muito difícil. [...] A única participação que eu tinha era mais com o Miguel Arraes, que a gente acabou muito companheiro, amigo. Eu ia visitá-lo, ele me visitava, enfim. E poucos brasileiros que tinha, entendeu? Não era muito a colônia. E nós queríamos participar, trocar ideia, participar dos movimentos pela anistia, e lá tu sabes que isso não existe. Então era mais difícil. (BONA GARCIA, 2016).

O desejo pela participação política, mesmo que de forma autônoma, não estando mais vinculado a organização, junto com a busca por maiores possibilidades de acesso ao ensino superior, fizeram com que ele e sua família ficassem em torno de um ano na Argélia. Na sequência partiram para a França onde residiram até 1979, na promulgação da Lei da Anistia. Naquele país ele participou ativamente, sendo inclusive presidente, do Comitê Brasileiro pela Anistia. A influência de Arraes também era um fator de mão dupla, pois embora os auxiliasse, sua personalidade era considerada um tanto centralizadora por determinados setores, o que dificultaria eventual organização que não passasse pelo seu crivo.

Já na trajetória de Apolo, a permanência no país foi uma decisão em virtude do trabalho e da situação que, na sua concepção, era de tranquilidade:

Nós estávamos aliviados, porque quem viveu cinco anos procurado como terrorista no Rio de Janeiro, quem viveu fugindo da ditadura do Pinochet, da ditadura na Argentina, você tava num país que te dava apoio, você tinha telefone em casa e você tinha uma casa pra dormir, você tinha um trabalho. Nós estávamos no céu. (LISBOA, 2016).

Contudo, mesmo com a aparente tranquilidade da situação, não podemos esquecer que o governo da ditadura os via como inimigos. Esse fluxo de brasileiros no país, assim como em outros, preocupava os detentores do poder. Por isso, em 1966 foi criado o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), vinculado ao Ministério das Relações Exteriores. Nas palavras de Fernandes (2015, p.148): “O CIEEX contava com o apoio dos agentes do SNI e dos adidos militares que serviam nas embaixadas e consulados brasileiros – geralmente vinculados aos serviços de inteligência de suas Forças.”. Ou seja, criou-se um órgão específico para o monitoramento do que ocorria para além das fronteiras nacionais.

Nesse momento, temos que fazer algumas considerações sobre a natureza de tais fontes, mesmo que breves, pois, o medo do comunismo e de eventuais ações de

resistência a serem articuladas permeava toda a produção sobre os considerados subversivos. Dessa forma a documentação produzida, segundo Joffily (2014), era carregada de suspeitas, cujo objetivo central era a preocupação com a permanência de determinadas estruturas de repressão, pois se necessitava justificá-las a todo instante pela presença e ameaça promovida pelo inimigo interno. Também devemos atentar para a forma com que muitas informações foram alcançadas, seja por meio da tortura física, psicológica ou com a utilização de outras estratégias mais ou menos violentas. Samways (2014), ao analisar um documento específico produzido pelo SNI, o *Comunismo Internacional – Sumário de Informações*, conclui que tais informes estavam carregados de medo e paranoia de cunho anticomunista. Contudo, mesmo que com eventuais exageros por parte dos documentos, podemos perceber como os exilados e suas tentativas de articulação eram encaradas pelo governo ditatorial, justificando assim a sua perseguição.

Em 1971 uma informação nos *Sumários do Comunismo Internacional* afirmava:

Na capital da república popular da ARGÉLIA, encontram-se dúzias de entidades subversivas, reconhecidas como tais, e um sem número de grupos individuais. Todos eles compartilham de um objetivo comum: derrubar os governos dos seus respectivos países por meios violentos. O governo argeliano, através de um departamento especial de seu Ministério do Exterior, fornece-lhes dinheiro, treinamento e simpatia.¹¹

Ou seja, na concepção da Doutrina de Segurança Nacional onde o inimigo é interno e as fronteiras são ideológicas, a vigilância deveria se manter atenta, especialmente num país em que os considerados subversivos estavam sendo bem recebidos. A preocupação principal era com o treinamento de guerrilha que eventualmente os exilados fariam para o posterior retorno ao Brasil. Também na Argélia as viagens para Cuba eram facilitadas, assim como a obtenção de documentos falsos. Assim, fazia-se necessário manter os sujeitos e suas ações sob vigilância. As cartas trocadas entre as famílias eram abertas e seu conteúdo era objetivo de informes. Os trechos destacados eram, em especial, os que se referiam ao trabalho, mobilizações

¹¹ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – Sumário do Comunismo Internacional, fevereiro 1971. Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo. Disponível para consulta online em: < http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/sumario_comunismo> . Os sumários eram produzidos pelo Serviço Nacional de Informações – SNI e distribuído pelos ministérios e principais órgãos do governo com o intuito de alertar sobre as atividades comunistas nos diferentes locais do mundo. O texto em tela foi traduzido do jornal britânico Sunday Telegraph.

políticas e as perspectivas de retorno¹². Para Cruz (2016, p.115): “Divulgação de material da *Frente*, reuniões de membros da esquerda e treinamento de guerrilha são os temas mais comuns dos processos de investigação de exilados que transitaram de Argel para a América.”¹³.

A troca de informações entre embaixadas também era prática recorrente. Em recente trabalho, Fábio da Cruz analisa, a partir da troca de telegramas entre Brasil e Estados Unidos, a intensa vigilância da embaixada estadunidense e o posterior repasse dos dados para os agentes brasileiros, em virtude do medo de que as ações de guerrilha, após treinamento, se espalhassem pela América Latina:

A investigação das ações dos exilados brasileiros interessava aos representantes norte-americanos no país devido à possibilidade de que guerrilheiros argelinos se aproximassem de grupos defensores da luta armada na América Latina, especialmente o Brasil. (CRUZ, 2016, p.125)

Como exemplo de atuação da embaixada brasileira em detrimento dos direitos dos asilados temos o fato de que no início do ano de 1976, a partir da crise desencadeada no Saara Ocidental, com a iminência da guerra entre Marrocos e Argélia, existiu uma preocupação das autoridades diplomáticas sobre a situação dos brasileiros que viviam no país, com a criação de um plano de evacuação em caso de guerra. A troca de informações entre as autoridades, chefes do Departamento Consular e Jurídico e da Divisão de Segurança Interna, nos permite afirmar que não existia inquietação acerca da situação dos asilados políticos, somente com outros nacionais residentes:

Creio pois que a embaixada em Argélia deveria ser instruída para, por todos os meios em seu alcance, mas se possível evitando a imprensa, fazer um levantamento dos brasileiros residentes no país, com exceção dos asilados políticos. A responsabilidade do governo brasileiro, em princípio, seria apenas com esse residual da comunidade brasileira, não vinculada à Braspetro ou outra entidade privada nacional, nem com os asilados políticos.¹⁴

Vários são os pontos que podemos discutir. O documento é composto pela troca de memorandos e despachos entre as autoridades citadas ante a crise no Saara Ocidental e percebemos a tentativa de não contar com a imprensa para que o mesmo ocorra, podendo supor que, caso fosse difundido que as autoridades não estavam se

¹² Exemplificamos a partir de dois informes produzidos a partir de cartas enviadas por João Carlos e sua companheira, Célia. Estão sob guarda do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Identificação: BR RJ AC_ ACE_71002_74 e BR_RJ_ AC_ ACE_72830_74.

¹³ A *Frente* referida na citação é a Frente Brasileira de Informações, criada por Miguel Arraes para denunciar a ditadura brasileira.

¹⁴ Arquivo Nacional. Identificação do documento: BR_DFANBSB_Z4_REX_EBR_0018.

preocupando com os asilados, tal atitude fosse reprovada publicamente. Ao terem cometido, segundo o governo ditatorial, crimes contra a segurança nacional, os indivíduos não seriam mais merecedores da proteção do estado, pois teriam se tornado os inimigos. Pelo documento percebemos ainda a existência de empresas privadas brasileiras trabalhando em solo argelino, o que nos leva a outra questão: as relações econômicas entre os dois Estados. Já em 1963 o Brasil reconheceu a independência da Argélia e durante o período ditatorial tentou se aproximar economicamente de outras nações, consideradas mercados promissores para os interesses nacionais. E o país africano era um desses espaços, em virtude da necessidade de reconstrução após a guerra. Podemos perceber, portanto, que as relações diplomáticas, as vezes não tão amistosas, são um espaço de tensão, onde interesses convergentes e antagônicos em muitos momentos estavam presentes¹⁵.

O ano de 1979, especialmente após a promulgação da Lei da Anistia, foi de muita articulação nas representações diplomáticas de países em que os exilados viviam, pois estes, na sua grande maioria, não possuíam passaporte e precisavam regularizar sua situação para o retorno ao Brasil. Antes de terem seus documentos restituídos foram feitos novos levantamentos de informações sobre a vida dos sujeitos requerentes, embora após o retorno, sua atuação continuou a ser objeto de vigilância, como no caso de Apolo¹⁶.

Considerações finais

O espaço de um artigo é restrito, e, em virtude do tema ser pouco explorado pela historiografia nacional, muitas são as possibilidades em aberto. A partir do objetivo do presente texto, analisar brevemente a memória do exílio de João Carlos Bona Garcia e Apolo Heringer Lisboa e a forma como a repressão manteve a vigilância sobre o que ocorria na Argélia, podemos fazer algumas conclusões introdutórias.

A principal delas é a forma como o exílio na Argélia é rememorado: para ambos o sentimento de gratidão é o predominante, apesar das diferenças culturais, sentidas, sobretudo, por João Carlos, fato responsável pelo pouco tempo em que lá ficou. Ser recebido em um país após a violência a que foram submetidos no Brasil e poder retomar

¹⁵ Como demonstração dessa tensão podemos citar o fato da expulsão do embaixador argelino do Brasil ocorrida no ano de 1970.

¹⁶ Informação produzida sobre Apolo Lisboa, quando este já morava no Brasil novamente. Arquivo Nacional. Identificação: BR_DFANBSB_ABH_ACE_5593_82

uma “vida comum” é marcante na trajetória de ambos. Da mesma forma a relação com Miguel Arraes e a sua importância perante a comunidade, mesmo pequena, que lá se formou. O período é visto como de reconstrução, após a perda de companheiros e referenciais de uma vida até então minimamente estruturada. Por isso, a lembrança acerca dos aspectos positivos é preponderante na narrativa.

Contudo, mesmo com a liberdade encontrada no novo país, o Estado brasileiro se preocupou em manter os exilados sob o alcance da sua visão. Para tanto, teve a montagem de um sistema específico, por meio do CIEEx, bem como colaboração de outras embaixadas. As relações diplomáticas brasileiras no período ainda carecem de maiores reflexões, mas podemos afirmar que, a partir do conceito de fronteira ideológica, a vigilância do governo da ditadura continuou presente em variados recantos do globo, contando com apoio de outros países ditos democráticos, especialmente dos Estados Unidos. Mesmo após o retorno, em 1979, durante algum tempo o sistema de informações continuou a monitorar aqueles que haviam sido expulsos do país, como forma de certificação de que não mais resistiriam ao governo ditatorial.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 8ªed. P. 183-191.

CRUZ, Fábio Lucas. Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

FICO, Carlos. Como eles agiam – os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FERNANDES, Ananda Simões. O controle da resistência e da solidariedade dos refugiados políticos no Brasil pela comunidade de segurança e informação da ditadura civil-militar brasileira: A comunidade de informação e segurança da ditadura brasileira. TALLER (Segunda Época). Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina, Vol. 4, N° 5, pp. 144-155.

JOFFILY, Mariana. A “Verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. Dimensões, vol. 32, 2014, p. 2-28.

PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (orgs.). Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014, p. 13- 36.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História, São Paulo: PUC-SP, n.15, p.13-49, abril/1997, p.13-49.

ROLLEMBERG, Denise. Exílio: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970- 1973). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2014.

YANKELEVICH, Pablo. Estudar o exílio. In: Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.11-30.

YAZBEK, Mustafa. A revolução argelina. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.